



Indicado para o Supremo, Moraes passa hoje por sabatina no Senado

Escolhido pelo presidente Michel Temer, o ministro da Justiça licenciado vai responder a perguntas dos senadores e também dos cidadãos

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 6/1/2017



Moraes foi escolhido pela Presidência para ocupar vaga de Teori Zavascki, morto no mês passado

A Comissão de Constituição e Justiça sabatina hoje, às 10h, o ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, indicado pelo presidente Michel Temer para ministro do Supremo Tribunal Federal. Além dos senadores, os cidadãos podem participar da sabatina enviando perguntas e comentários pelo Portal e-Cidadania.

Durante a sabatina, os senadores podem perguntar a opinião de Moraes sobre temas em discussão no STF, no Congresso Nacional ou na sociedade. Também podem questionar o indicado a respeito de seu currículo profissional e de sua vida. Até a sexta-feira, o portal registrava mais de 500 perguntas encaminhadas pelos cidadãos.

Reunião será transmitida ao vivo pelo Facebook

Quem quiser poderá acompanhar a sabatina de Alexandre de Moraes ao vivo pelo página do Senado no Facebook. Atualmente, a página tem mais de 2,5 milhões de seguidores. Sessão também será transmitida pela TV Senado e pelo portal na internet.

Alunos de direito entregam documento contra indicação

Abaixo-assinado contra a indicação de Moraes para o Supremo foi entregue ontem por estudantes de direito da Universidade de São Paulo à Comissão de Constituição e Justiça. O documento tem mais de 270 mil assinaturas e recebeu apoio de parlamentares.

3

especial Cidadania

Novo ensino médio dá ao jovem chance de escolha

Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, a reforma do ensino médio permite ao aluno escolher parte das disciplinas de acordo com aptidões e interesses profissionais. Matérias como português e matemática continuam obrigatórias. As mudanças devem começar a ser adotadas em 2018. Críticos da reforma pedem melhorias na infraestrutura das escolas e no salário dos professores. 4



Pillar Pereira/Agência Senado

Reforma recém-sancionada busca diminuir evasão no ensino médio



USP Imagens

Concessões de emissoras de radiodifusão vencidas poderão ser regularizadas

Prazo para regularizar rádios deve ser votado em comissão

O relatório sobre a Medida Provisória 747, que concede prazo de 90 dias para as emissoras de radiodifusão regularizarem concessões vencidas ou renovações feitas

fora do prazo legal, deve ser votado hoje pela comissão mista, presidida por Cidinho Santos. A regularização só será possível se a outorga não tiver sido extinta pelo Congresso. 2

Senado sedia congresso de câmara municipal

Diretores e servidores dos Legislativos municipais participam hoje da abertura do 1º Congresso Nacional das Mesas Diretoras de Câmaras Municipais, que acontece no Auditório do Interlegis. Promovido pela Federação Nacional dos Servidores do Legislativo e Tribunais de Contas da União, o evento conta com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro. 2

Segunda fase para repatriação de recursos está na pauta do Plenário

Os senadores podem votar hoje no Plenário o projeto que abre um novo prazo para que brasileiros que têm recursos não declarados no exterior regularizem a situação.

Os interessados em aderir ao programa de repatriação deverão

pagar multas e impostos ao governo. Do montante arrecadado, diz o projeto, 46% devem ser destinados a estados e municípios.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a votação rápida do projeto é um compromisso com governadores. 3

Plenário do Senado pode votar hoje projeto que abre nova fase para regularização de recursos que estão no exterior



Jonas Pereira/Agência Senado - 8/2/2017

Ano Vinte e Nove | Agência Senado — 14/12/2016



Relatório da MP 747, do deputado Nilson Leitão, deve ser votado hoje sob a presidência do senador Cidinho Santos

Comissão avalia prazo para concessão de rádio

Senadores e deputados votam hoje relatório da MP que dá 90 dias para emissoras que estão com concessão vencida regularizarem a situação

A COMISSÃO MISTA especial da Medida Provisória (MP) 747/2016 reúne-se hoje para votação do relatório sobre o texto, que prorroga o prazo para a renovação de concessões e permissões das emissoras de radiodifusão. A reunião tem início às 14h30.

A MP possibilitou às emissoras que estão com concessões vencidas — e que ainda não apresentaram o pedido de

renovação — regularizar a situação no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo de 90 dias contados a partir da data da publicação da lei.

A regularização, no entanto, só será possível se o Congresso Nacional ainda não tiver deliberado sobre a extinção da outorga.

Renovação

Os 90 dias também poderão ser usados pelas emissoras que apresentaram a renovação fora do prazo legal (os chamados pedidos intempestivos), mesmo que as concessões tenham sido declaradas extintas pelo

Poder Executivo, mas ainda não tenham sido analisadas pelo Congresso.

No caso das emissoras com a concessão em dia, o pedido de renovação poderá ser feito durante os 12 meses anteriores ao vencimento da outorga. Vencida a outorga sem o pedido, o ministério notificará a emissora e abrirá prazo de 90 dias para que ela se manifeste.

Antes da medida provisória, o prazo para apresentar o pedido de renovação ocorria entre seis e três meses anteriores ao término da outorga.

O relator da MP é o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Começa hoje 1º Congresso de Câmaras Municipais

Diretores dos Legislativos municipais e servidores que atuam nas áreas jurídica e de comunicação participam hoje da abertura do 1º Congresso Nacional das Mesas Diretoras de Câmaras Municipais. O evento é promovido pela Federação Nacional dos Servidores do Legislativo e Tribunais de Contas da União (Fenalegis) e conta com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Interlegis.

O primeiro-secretário do Senado, José Pimentel (PT-CE), é um dos convidados da abertura, que acontece no Auditório do Interlegis. Também fazem parte das mesas de debate

representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas de São Paulo, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O encontro, que prossegue amanhã, tem o objetivo de preparar as lideranças das câmaras municipais para os principais desafios da gestão legislativa de 2017 a 2020.

Entre os temas abordados no evento, estão “Imunidades, prerrogativas e responsabilidades do vereador”, “A atuação das procuradorias no fortalecimento do Poder Legislativo”, “A transparência como estratégia

de gestão legislativa” e “Gestão de recursos humanos no Legislativo”.

Os participantes farão ainda uma visita à Câmara dos Deputados e trocarão ideias com parlamentares federais sobre como o trabalho do Congresso Nacional pode favorecer os municípios.

A programação inclui palestra sobre contas públicas e o acompanhamento de sessão de julgamento de contas públicas no TCU, além de encontro com um ministro do colegiado.

Informações e inscrições: <http://bit.ly/CongressoFenalegis>

Elmano defende energias limpas, como usina solar no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) defendeu o investimento em energias alternativas, como a solar e a eólica, para desenvolver regiões menos favorecidas, como o Nordeste. Ele citou o investimento de R\$ 1,3 bilhão na instalação da maior usina solar da América Latina, pela italiana Enel Green Power, em Ribeira do Piauí (PI), para iniciar as operações em agosto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi: transmissão de futebol precisa ser democratizada

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou ontem que o futebol precisa ser reorganizado e a transmissão dos jogos, democratizada. Para ela, é inadmissível que a Federação Paranaense de Futebol contrarie os direitos de associados para atender emissoras como a Globo, referindo-se ao cancelamento da partida entre Atlético Paranaense e Coritiba, domingo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe propõe isenção de impostos sobre medicamentos

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2015, que proíbe tributar medicamentos para uso humano.

Para o senador, a aprovação da PEC, de autoria dele, aliviaria o bolso de quem precisa adquirir medicamentos.

— Essa é a vida real. Ninguém compra um remédio porque quer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paulo Paim pede apoio à criação de uma CPI da Previdência Social

Paulo Paim (PT-RS) pediu apoio para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Previdência, argumentando que é necessária uma investigação profunda das contas da seguridade social.

— Teremos a possibilidade de mostrar ao povo a verdadeira situação da Previdência, da saúde e da questão social.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCJ Sabatina para o STF
10h A comissão sabatina Alexandre de Moraes, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes
11h Eunício Oliveira dirige reunião de líderes; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

PLENÁRIO Repatriação de recursos
14h Na pauta de votação, substitutivo da Câmara ao PLS 405/2016, que abre novo prazo para repatriação de recursos do exterior.

MP 747/2016 Radiodifusão
14h30 Votação do relatório da MP que dispõe sobre permissão e renovação de concessões dos serviços de radiodifusão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão sabatina hoje Alexandre de Moraes

Senadores devem questionar o indicado ao Supremo sobre temas como drogas, aborto e corrupção. Cidadão pode participar enviando perguntas pelo Portal e-Cidadania

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) sabatina hoje, às 10h, o ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, indicado pelo presidente Michel Temer para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Além dos senadores, os cidadãos podem participar da sabatina enviando perguntas e comentários pelo Portal e-Cidadania.

Alexandre de Moraes é o primeiro nome escolhido para o tribunal pelo presidente Michel Temer, que assumiu a chefia do Executivo em maio de 2016. Ele foi indicado para a vaga deixada pelo ministro Teori Zavascki, que morreu em um acidente aéreo no dia 19 de janeiro.

Durante a sabatina, os integrantes da CCJ podem perguntar a opinião de Moraes sobre temas em discussão no STF, no Congresso Nacional

ou na sociedade. Também podem interpelar o indicado a respeito de seu currículo profissional e fatos de sua vida que considerarem relevantes.

Cada senador terá dez minutos para perguntar e Moraes terá o mesmo tempo para responder. São previstas também réplica e tréplica, de cinco minutos cada uma.

A sabatina não tem duração determinada. A do ministro Edson Fachin, em 2015, prolongou-se por mais de 11 horas, enquanto a de Teori Zavascki, em 2012, foi concluída em pouco mais de 3 horas.

Até a sexta-feira, o Portal e-Cidadania registrava mais de 500 perguntas encaminhadas pelos cidadãos para o indicado, sobre temas como legalização das drogas, descriminalização do aborto e combate à corrupção. Também há perguntas sobre a atuação de Moraes

como advogado e sobre sua tese de doutoramento, em que ele se manifestou contra a indicação de membros do governo para o STF.

Votação

Imediatamente após a sabatina, a comissão votará a indicação, em procedimento secreto. O nome precisa ser aprovado pela maioria dos presentes à reunião. Após a votação, o parecer da CCJ será encaminhado a Plenário. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, já manifestou a intenção de fazer a votação no mesmo dia.

Moraes precisa da aprovação de pelo menos 41 dos 81 senadores para tornar-se o novo ministro do Supremo Tribunal Federal. A votação em Plenário também será secreta.

Alexandre de Moraes é doutor em direito constitucional pela Universidade de São Paulo (USP) e ex-promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Em São Paulo, nos governos de Geraldo Alckmin, foi secretário de Justiça e de Segurança Pública. Na prefeitura de Gilberto Kassab, foi secretário de Transportes e de Serviços.



Alunos de direito da USP entregam abaixo-assinado com apoio de parlamentares

Abaixo-assinado contra indicado ao STF tem mais de 270 mil assinaturas

A CCJ recebeu ontem um abaixo-assinado com mais de 270 mil assinaturas contra a indicação de Alexandre de Moraes para o STF. A iniciativa é do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), por meio do site change.org, e ainda está aberto para receber novas assinaturas.

O documento foi entregue pela presidente do centro, Paula Masulk. Acompanharam os estudantes os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) e os

deputados federais Carlos Zarattini (PT-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Benedita da Silva (PT-RJ) e Maria do Rosário (PT-RS).

Para Paula Masulk, Alexandre de Moraes não tem a reputação ilibada exigida de um ministro do Supremo.

Líder do PT na Câmara, Zarattini declarou o apoio dos parlamentares presentes à iniciativa dos estudantes. Randolfe informou que já foi apresentado requerimento à CCJ para que o abaixo-assinado seja anexado aos documentos do processo de indicação de Moraes.

Reunião poderá ser vista ao vivo pela página do Senado no Facebook

A página do Senado no Facebook transmitirá ao vivo a sabatina de Alexandre de Moraes para ministro do STF. A partir das 10h, os mais de 2,5 milhões de seguidores da página

poderão acompanhar a sessão dentro da própria plataforma. Para ter acesso ao conteúdo, proveniente do sinal da TV Senado, basta acessar <http://facebook.com/senadofederal>.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Eunício afirmou que votação rápida é compromisso com governadores

Nova repatriação de recursos deve ser votada hoje em Plenário

Está na pauta de votações de hoje do Plenário do Senado o projeto de lei que abre um novo prazo para que os brasileiros que têm recursos não declarados no exterior regularizem a situação (PLS 405/2016).

Para repatriar os recursos, os interessados precisarão pagar imposto e multa ao governo federal.

Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação rápida do projeto é um compromisso firmado com governadores, que veem na proposta a possibilidade de garantir mais recursos para não só para os cofres estaduais como também para os municipais.

Pelo projeto, 46% dos recursos arrecadados pelo governo

federal com a repatriação devem ser repassados a estados e municípios.

O projeto, de Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado pelo Senado ano passado. Na Câmara, os deputados fizeram mudanças no texto, que voltou ao Senado na forma de substitutivo (SCD 1/2017). Uma das principais alterações foi a

retirada da proibição expressa de que políticos com mandato possam aderir ao programa.

Pela nova versão, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, que serão contados a partir da data de regulamentação do tema pela Receita. O patrimônio a ser declarado será o em posse do declarante em 30 de junho de 2016.

Wellington quer debater paralisação de obra em Cuiabá

Wellington Fagundes (PR-MT) cobrou agilidade do governo de seu estado e do BNDES na concretização de obras paralisadas em Mato Grosso há mais de dois anos, como o VLT (veículo leve sobre trilhos) de Cuiabá.

O senador, que é membro da Comissão Especial das Obras Inacabadas, do Senado, propôs uma audiência pública em Cuiabá para discutir o tema.

— Uma obra paralisada não serve para nada, porque ela causa um prejuízo muito grande para a população — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Rose pede que governo capixaba dialogue com a PM

Rose de Freitas (PMDB-ES) pediu que o governo do Espírito Santo inicie diálogo com policiais e bombeiros militares sobre o aumento salarial para essas categorias.

Segundo a senadora, o povo está assustado com o que ocorreu em semanas anteriores.

— A Força Nacional começa a sair na quarta [amanhã]. Como nós ficaremos? Estarão todos na rua? Estarão acatando as ordens, mas com o peito angustiado e toda a sua demanda de lado, como se não tivesse importância?



Jefferson Ruy/Agência Senado

Jucá nega intenção de blindar investigados da Lava-Jato

O objetivo da proposta que proibia a investigação de ocupantes da linha sucessória da Presidência por atos anteriores ao mandato, segundo Romero Jucá (PMDB-RR), não era blindar os presidentes da Câmara e do Senado contra a Operação Lava-Jato. Segundo o senador, ele apresentou a PEC 3/2017 (já retirada) por considerar que a decisão do STF, em 2016, de que presidentes de Casas do Congresso não podem governar o país se houver ação contra eles, mas mantém o cargo, atrapalha a harmonia entre os Poderes.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Cristovam defende independência econômica do DF

O Distrito Federal não deve depender de recursos da União, segundo Cristovam Buarque (PPS-DF). O senador defendeu que o restante da federação, que passa por dificuldades econômicas, deixe de financiar os salários de servidores do DF.

Ele propôs uma aliança, com a participação de todos os partidos, para que se passe a dinamizar a indústria e a economia da capital do país.

Cristovam também elogiou entrevista de Humberto Costa (PT-PE) à revista *Veja*.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Desafios educacionais devem ter solução urgente, diz Bauer

O governo do PT nunca priorizou a educação, afirmou Paulo Bauer (PSDB-SC).

Segundo o senador, a redução no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e no Pronatec gerou uma "involução da educação no país".

Para ele, a melhoria da educação no Brasil é uma "batalha que vale a pena ser travada".

— Garantia da qualidade, permanência dos alunos, professores valorizados, falta de investimentos, todas essas dificuldades precisam ser superadas de forma urgente.



Roque da Sô/Agência Senado

Reforma promete ensino médio mais atraente

Mudanças possibilitam que o aluno escolha parte das disciplinas a cursar de acordo com sua aptidão ou seu interesse profissional. O currículo também poderá ser adaptado à realidade de cada região

Tércio Ribas Torres

O ENSINO MÉDIO será mais eficiente e ficará mais atraente para o aluno, na opinião do senador Pedro Chaves (PSC-MS), que foi relator da reforma dessa etapa da educação. As mudanças no ensino médio foram aprovadas pelo Senado há duas semanas e sancionadas pelo presidente Michel Temer na semana passada.

A Lei 13.415/2017 prevê a segmentação de disciplinas, com uma parte obrigatória e outra optativa, o aumento da carga horária e a implantação do ensino integral. As mudanças devem ser implementadas a partir do ano que vem.

A reforma muda radicalmente a cara do ensino médio. Segundo Chaves, as disciplinas hoje são engessadas e fragmentadas, o que torna as aulas maçantes e provoca evasão escolar. Com o novo modelo, o aluno poderá escolher parte das disciplinas que quer estudar, conforme sua aptidão ou projeto profissional. Haverá uma base curricular comum a todas as escolas (60% das disciplinas) e uma parte flexível (40%), que poderá ser adaptada à realidade de cada região.

— O aluno tem de ser protagonista da sua formação. O Brasil precisa mudar urgentemente sua estrutura do ensino médio — avalia o senador.

Grandes áreas

Para José Edmar de Queiroz, consultor do Senado na área de educação, merece destaque a flexibilização que o novo modelo pode trazer. O currículo será definido a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de “itinerários formativos” correspondentes a cinco áreas do conhecimento: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional.

As escolas não serão obrigadas a oferecer todas as cinco áreas, mas terão de ofertar ao menos uma delas.

— A base curricular é a forma de dar unidade ao ensino médio no país. O restante vai ser composto pelos cinco itinerários, dos quais o aluno fará sua escolha — diz Queiroz.

A reforma aumenta a carga horária do ensino médio das atuais 800 horas anuais (4 horas por dia) para no mínimo 1.000 (5 horas por dia) até 2022. Para o governo, o ideal é que as escolas cheguem a 1.400 horas anuais (7 horas por dia).

Inglês e espanhol

A reforma prevê o ensino integral, com atividades extracurriculares no contraturno. Chaves cita a prática de esportes e a visita a museus como exemplos de atividades que poderão ser realizadas no ensino integral.

Português e matemática seguem como matérias obrigatórias nos três anos. O estudo do inglês estará presente durante todo o ensino médio, mas o espanhol passará a ser opcional. A garantia do ensino de suas próprias línguas às comunidades indígenas também está prevista na reforma.

Durante a tramitação da medida provisória (MP 746/2016) no Congresso, artes e educação física passaram a figurar como disciplinas obrigatórias. Sociologia e filosofia também serão mandatórias, mas poderão ser estudadas dentro de outras disciplinas.

A oferta de formação técnica e profissional incluirá práticas de trabalho no setor produtivo, por meio de parcerias. Os professores desse itinerário poderão ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestada por titulação específica ou prática de ensino.

Os sistemas de ensino médio também poderão firmar convênios com instituições de educação à distância.

Segundo o consultor Queiroz, não há incompatibilidade entre a reforma do ensino médio e a emenda que limita os gastos federais por 20 anos (EC 95/2016). Ele lembra que



Pilar Pedreira/Agência Senado

Centro de ensino médio em Brasília: aluno poderá escolher parte das disciplinas

os estados são os grandes responsáveis pela manutenção do ensino médio, cabendo ao governo federal apenas a transferência de recursos suplementares.

Média salarial

O senador Chaves admite que as mudanças poderão demandar mais recursos do poder público e aumentar o valor das mensalidades das escolas privadas. Porém, diz acreditar que o investimento pode significar a transformação do país.

Segundo ele, o profissional com curso superior ganha em média 20% a mais do que aquele que só tem o ensino médio, que por sua vez tem um rendimento médio 15% superior a quem tem só o ensino fundamental.

— A educação é uma fonte de desenvolvimento econômico e social — afirma.

A proposta de reforma do ensino médio recebeu críticas de entidades representativas de profissionais da educação. Na opinião da presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Sinpro-MG), Valéria Morato, a reforma atende aos interesses do grande capital, em detrimento da educação pública.

pública. Ele disse temer que os alunos sejam divididos entre aqueles que terão um ensino com mais qualidade preparatória e aqueles que terão um ensino técnico mais precário. Segundo ele, a inclusão do ensino profissionalizante entre as trajetórias possíveis para os estudantes vai empurrar os jovens com menor renda para carreiras de subemprego, enquanto os mais ricos poderão focar os estudos nas áreas que desejam.

Críticas

Mestre e doutorando em educação, Cara acredita que a reforma pode abrir espaço para que o governo privatize parte do percurso feito pelos estudantes secundaristas. Para ele, a proposta de reforma peca por fazer uma nova equação de recursos, que até pode injetar mais dinheiro no ensino médio, mas, ao mesmo tempo, pode retirar recursos da educação infantil.

O coordenador também critica o fato de a reforma ter sido enviada ao Congresso por meio de MP, obrigando um debate mais rápido.

— Não se faz reforma educacional por um instrumento legislativo que estabelece um fato consumado sobre o qual os parlamentares têm que opinar. É muito grave.

Cara também diz recear a desconstrução de avanços registrados na educação durante o período dos governos Lula e Dilma. Para ele, o país precisa investir na infraestrutura das escolas, melhorar os salários dos professores e criar uma “nova pedagogia”, mais próxima da realidade dos alunos. O especialista se mostra pessimista e não crê em resultados positivos imediatos.

— Educação não é corrida de 100 metros. Educação é maratona — compara.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre as mudanças no ensino médio que começam a valer em 2018: <http://bit.ly/VideoEnsinoMedio>

Saiba mais

Conheça a lei do novo ensino médio
<http://bit.ly/Lei13415de2017>

MEC tira dúvidas sobre a reforma
<http://bit.ly/DuvidasEnsinoMedio>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Como fica o ano letivo

Carga horária atual	800 horas
Alteração da reforma	1.000 horas*
Meta do governo	1.400 horas**

*até 2022 **sem prazo definido